TL7379-50

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

COMUNICADO

A sessão do Comité de Descolonização da ONU que decorreu em Nova Iorque no passado dia 13 de Agosto, permitíu, novamente, trazer a primeiro plano a realidade que se vive em Timor-Leste, pela voz de representantes de países e peticionários da África, América, Ásia, Europa e Oceania. Dentro destes tiveram particular impacto as intervenções dos dirigentes da UDT e da Fretilin, pelo que permitiram desmistificar da propaganda indonésia, e as dos dois peticionários portugueses, D.Manuel Martins, Bispo de Setúbal, e Raul de Brito, membro da Comissão Eventual para o Acompanhamento da Situação em Timor-Leste da AR, pelo que representam de empenhamento de sectores significativos da sociedade portuguesa.

Lamentavelmente, a declaração do representante da Missão Permanente de Portugal nas Nações Unidas não esteve, mais uma vez, à altura das circunstâncias exigiam. Ao longo das 44 linhas da sua intervenção, o delegado português limitou-se a afirmar que ouvira "com muito interesse" e tomara "nota das informações fornecidas a este Comité pelos peticionários que intervieram neste debate e cujos relatos dão uma indicação da situação prevalecente naquele território", acrescentando de imediato que "dispensar-me-ei de fazer mais comentários atendendo à actual fase de consultas na qual estamos empenhados."

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE — CDPM
RUA PINHEIRO CHAGAS, 77-2º ESQ. 1000 LISBOA TELEFS. 574718 541309 TELEX 64062 CIDAC P

O documento de trabalho elaborado pelo Secretariado do Comité de Descolonização afirmava já que "em 5 de Março de 1987, em resposta a um pedido de informação (...), o Governo português respondeu (...) que não tinha nada a crescentar às informações comunicadas na sua nota de 6 de Abril de 1979" na qual já declarara "que a situação em Timor-Leste o impedia de assumir as suas responsabilidades relativamente à administração do território e que lamentava não estar em condições de fornecer as informações pedidas."

Frente a este vazio deixado por Portugal o documento apresenta os elementos de propaganda fornecidos pela Indonésia sobre o número de escolas, hospitais e quilómetros de estradas. Porque será que Portugal não quer utilizar as informações que recebe e de que toma nota com tanto interesse, sobre os massacres, as prisões, as torturas, que são a outra face da colonização indonésia de Timor-Leste? Será que as consultas em curso impedem o governo português de fornecer essas informações mas deixam a Indonésia livre de fazer a sua propaganda?

Aliás, esta passividade da diplomacia portuguesa, em contraste com a agressividade da Indonésia, poderá estar na base da anunciada visita do Papa a este país. O Vaticano já tinha recusado dois convites anteriores do regime militar de Jacarta e segundo algumas fontes tal recusa ter-se-ía ficado a dever à situação em Timor-Leste. O anúncio actual poderá representar uma séria vitória para a diplomacia indonésia caso o Papa não deixe bem claro que tal visita não representa o reconhecimento da anexação daquele território.

A diplomacia de Portugal poderá determinar a tomada de posição do Papa. Assim esteja disposta a empenhar-se nesse caminho.

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

A PAZ É POSSÍVEL EM TIMOR-LESTE

25/8/87